

---

# O projecto do espaço público nas áreas de expansão da cidade consolidada: o caso do bairro da Malagueira

EURAU'12

---

*ABSTRACT. In general, the configuration of public space in the outer parts of the city has been given a secondary treatment, if not residual, designed with a view of the short term, lacking an overall vision. Taking into account this urban reality, identical to most Portuguese medium-sized cities, the question we seek to address in this paper is to what extent it becomes possible to shape the city, particularly in their new expansions. In particular, we are interested in investigate how we can, or should act, in order to redeem for public space and architecture an active role in defining the shape and structure of the city. We will analyze, from a case study - the District of Malagueira in Evora (designed by Alvaro Siza between 1977 and 1997) - on which model(s) of public space(s) may be "found" the new urban expansions, with the aim to provide structure and shape to the city and the territory.*

*KEY WORDS. Public space, urban design, city expansions*

---

**João Rodrigo Parreira Coelho**

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto  
Via Panorâmica S/N, 4150-755 Porto PORTUGAL  
rodrigo.coelho@arq.up.pt

## **1. Projectar o espaço público na *expansão da cidade*: enquadramento e pressuposto teórico - a necessidade de dar forma e de *fazer tecido***

Devido ao alastramento fragmentado e descontínuo da mancha urbanizada, a maioria das cidades portuguesas, e também europeias viram nas últimas três décadas a sua condição urbana profundamente alterada, tendo como resultado mais visível a desconfiguração e a alteração dos seus espaços públicos e da paisagem urbana, em redor dos principais centros urbanos. Associada à “privatização” parcial do planeamento da cidade, (por via das operações de loteamento) também a “falta” de objectivos políticos e um entendimento tecnocrático ou mercantilista do desenho do espaço urbano, ajudam a explicar a escassez, ou mesmo ausência de modelos urbanos e de espaços públicos qualificados e estruturadores nas novas expansões de cidade.

Face a este contexto, e tendo igualmente em conta a incapacidade política do Estado em promover e controlar hoje o processo de planificação e construção destas mesmas expansões, a questão geral que procuraremos tratar nesta comunicação será em que medida se torna possível continuar a desenhar e dar forma à cidade a Cidade, designadamente a partir das suas expansões. Como se podem articular os novos fragmentos de cidade com a cidade existente, por forma a garantir, dentro das condições urbanas actuais, uma ideia de cidade como lugar habitável e estruturado, capaz de tornar significativa a vivência nestas novas partes de cidade.

A partir da análise de um exemplo concreto - o Bairro da Malagueira, em Évora - procuraremos caracterizar e compreender uma metodologia de intervenção que a nosso ver permite resgatar para o espaço público e para a arquitectura um papel relevante na definição da forma e da estrutura da cidade e do território. *Mais* concretamente procuraremos questionar de que modo, a partir do espaço público e da arquitectura, poderemos definir uma estrutura de suporte da urbanização mais perene e significativa, capaz de evitar a ruptura da estrutura e da “narrativa” da cidade; ou seja, uma estrutura capaz de estabelecer as articulações e continuidades necessárias com os contextos urbanos envolventes, mais indefinidos, mais abertos e heterogéneos.

Importará clarificar que não está portanto aqui tanto em causa o problema da criação de novos espaços públicos (como parques de escala metropolitana ou estruturas ecológicas de dimensão regional) que, obviamente, podem e devem, eles próprios, constituir-se como estruturas importantes de expansão da cidade, e que em alguns casos o fazem. O que nos interessa colocar em perspectiva são sobretudo os desígnios e os modelos urbanos que constroem a *cidade corrente* e que, *por esse motivo, terão* forçosamente que ser enquadrados com o tema da habitação (em particular com a habitação colectiva) e invariavelmente com o tema do espaço público.

Fundamentalmente defenderemos, acompanhando autores como Jordi Borja ou Oriol Bohigas, que a recuperação da consistência e significado urbano no desenho das expansões de cidade e dos seus espaços públicos depende, em larga medida, da recuperação da noção de tecido que nas expansões recentes foi abandonada. Referimo-nos fundamentalmente à necessidade de continuidade e complementaridade morfológica e funcional, bem como à necessidade de considerar a interdependência entre os vários componentes que compõem o espaço urbano. Isto é, referimo-nos à necessidade de considerar a sobreposição e articulação de três elementos fundamentais - o espaço público, o parcelamento e o edificado - que, ao longo da história da cidade, permitiu que as diferentes partes se

transformassem, mantendo a coesão e a clareza da sua estrutura.

Assumimos portanto como principal premissa, que as propostas de expansão de cidade, à imagem do *tecido consolidado da cidade histórica*, nos possam revelar *ideias* de *forma(s)* e de *estrutura(s)* do espaço urbano, que têm sido maioritariamente desconsideradas, em detrimento da experimentação em torno da vertente *tipológica* que tem vindo a caracterizar a história da cidade a partir da segunda metade do século XX, e que contribuiu de forma decisiva para a autonomização da obra arquitectónica corrente<sup>1</sup>.

Será esta a principal razão que nos leva a convocar o projecto do Bairro da Malagueira, passados cerca 30 anos após o início da sua construção, para tratar do problema do projecto do espaço público nas áreas de expansão da cidade consolidada.

## **2. O projecto do espaço público na expansão da cidade: o caso do Bairro da Malagueira**

### **2.1 Enquadramento**

De modo muito sintético, podemos afirmar que o Plano e o Projecto de espaços públicos do Bairro da Malagueira se apresentam como exemplos notáveis de como se pode pensar e construir cidade, e por extensão os seus espaços públicos, à luz da actual condição urbana. Ou seja, a proposta confrontou-se com um contexto urbano onde eram já detectáveis problemas de descontinuidade, de relativa dispersão, heterogeneidade e fragmentação dos assentamentos pré-existentes (quer quanto à escala, quer quanto à morfologia, quer quanto aos modelos de referência), cuja origem e transformação se processou na ausência de referências perenes e de elementos estruturadores da cidade e do território.

Mas o que porventura, no âmbito do tema desta comunicação, se revela mais estimulante e pertinente para nós é o facto do espaço público se constituir, neste caso, como um suporte indispensável da proposta de expansão de cidade. É, julgamos, no espaço público, que se encontra a base fundamental, o sentido estruturador e integrador que a proposta contém, aliada ao controlo da tipologia e morfologia do edificado.

Interessa-nos, por último, ler e interpretar o Projecto do Bairro da Malagueira como um exercício de síntese que é capaz de refundar um lugar, a partir da multiplicidade de relações cruzadas entre pré-existência, fragmentos urbanizados, território e cidade tradicional, entre passado, presente e futuro, entre tradição e inovação.

### **2.2 O projecto do espaço público no contexto do Plano: caracterização, objectivos e estratégia geral**

Localizado nos arredores de Évora e integrado no Plano de Expansão Oeste da Cidade, o “Plano de Pormenor para a Zona da Malagueira” (com cerca de 27 hectares e classificada em Setembro de 1974 como expansão prioritária da cidade) resulta da expropriação de terrenos realizada pela Câmara Municipal de Évora<sup>ii</sup>, para a qual tinha sido elaborado um estudo urbanístico sob a responsabilidade de técnica da DGSU<sup>iii</sup> (Direcção Geral dos Serviços Urbanos).

Após as experiências desenvolvidas em projectos de habitação social, quer em Vila do

Conde (Caxinas em 1970), quer no Porto (Bouça entre 1973-77 e São Victor entre 1974-77), Álvaro Siza é convidado pela Câmara Municipal de Évora para a elaboração do Plano, iniciando os primeiros estudos em Março de 1977<sup>iv</sup>.

A área do Plano localizada a escassas centenas de metros da Porta de Alconchel, constitui uma zona de transição entre o núcleo urbano da cidade amuralhada e as áreas de Montes e Herdades que se podem observar em redor de Évora. Aqui podíamos encontrar, entre manchas de azinheiras e oliveiras, diversas quintas de recreio e produção, que se misturavam com conjuntos construídos de habitações clandestinas mas também ocupações urbanas programadas, configurando, no seu conjunto, uma periferia ainda de carácter rural, que lentamente (sobretudo a partir da segunda metade do século XX) se foi fundindo com a extensão extramuros da cidade de Évora.



Fig. 1

Partindo de pressupostos idênticos aos do Plano elaborado pela DGSU, o Plano desenvolvido por Álvaro Siza determina no entanto uma morfologia urbana e um modelo de espaço público em clara ruptura com o que aquele Plano previa<sup>v</sup>. No caso do Plano desenvolvido por Siza, não se propõe um modelo único de espaço público, mas sim uma composição de espaços abertos que permitam a convivência entre diferentes tipos de espaço público e entre diferentes contextos e formas construídas, que se materializarão de forma faseada num arco temporal relativamente longo. Simultaneamente, o Plano desenvolvido por Álvaro Siza procurava potenciar e criar um princípio de ordem visível, que simultaneamente permitisse ao bairro aproximar-se da

cidade histórica e integrar as pré-existências que, de forma desconexa, cresceram em redor de Évora.

A obrigatoriedade de (segundo o Plano anteriormente aprovado) preservar e criar espaços verdes, designadamente na orla no curso de água existente (o que se traduzia na imposição de prever um terço da área do Plano liberta de construção), determina à partida a importância de um “espaço verde central” na estrutura geral do Plano. Uma das decisões ou problemas prévios com o qual Siza se confronta será, portanto, o da definição do carácter deste vazio central, bem como a forma ou o tipo de relação que as zonas construídas estabelecem entre si e com este espaço, cuja leitura e importância no contexto do Plano seria inevitavelmente muito relevante.

### **2.3 O Parque Urbano como espaço estruturador**

Desde as primeiras hipóteses, o grande espaço verde central - o Parque Urbano - estabelece-se como a referência colectiva comum, sobre o qual se organiza e dispõe no projecto os diferentes núcleos compactos que, seguindo a topografia e apoiando-se nos vestígios e elementos pré-existentes, vão *pousando* na paisagem (à imagem dos assentamentos rurais que caracterizam a paisagem alentejana), acabando por admitir simultaneamente algumas semelhanças com os *assentamentos* espontâneos que marcaram a origem e transformação deste lugar.

No entanto, a estrutura de espaços abertos públicos do Bairro não deixa de reflectir, desde logo, a vontade explícita de estabelecer uma relação fluida, mas precisa (ou seja, diferenciada e hierarquizada) entre este espaço público central, aberto, contínuo e tendencialmente verde e natural (ao qual é conferido um tratamento eminentemente paisagístico), e os novos sectores construídos que o Plano previa (que englobariam construções e os espaços públicos da matriz mais “urbana”).

A estratégia de projecto preconizada para o Parque Urbano da Malagueira resulta por outro lado de uma concepção alargada ao espaço urbano envolvente ao Bairro, que procura integrar e articular-se com outras áreas verdes existentes (como as pequenas quintas de recreio ou produção), com vista à criação de uma estrutura verde centrada na Ribeira do Turgela. Entendido como o espaço de “(...) *maior grau de naturalidade, com carácter de continuidade e de protecção a elementos naturais da paisagem (...)*”<sup>iv</sup>, o Parque Urbano, assume consequentemente uma escala e um valor paisagístico, que estabelece um contraste com os espaços urbanos e com os sectores construídos a que atrás nos referimos, sem que esta diferente identidade signifique ausência de relação ou ruptura. Bem pelo contrário, não só a concepção geral do Plano, a partir da definição dos principais traçados e configuração dos seus principais componentes, permite ler uma integração das grandes massas projectadas (mas também das pré-existências construídas) com os grandes vazios, como através dos elementos de excepção e de menor escala permite verificar a cuidada integração do *construído* no *natural*<sup>v</sup>.

### **2.4 A Rua na definição do espaço público primário**

Como contraponto a este sistema estruturante (definido pelas vias principais e pelo Parque Urbano), podemos também reconhecer na estrutura geral do espaço público do Bairro, um denso sistema (aparentemente) secundário de ruas, formando quarteirões de dimensão e profundidade variável, que dão origem às manchas edificadas, que recortam e se contrapõem à referida estrutura de espaços abertos de escala mais territorial.

Este “sistema genérico” de “ruas e quarteirões”, de escala quase doméstica, constituído por ruas de seis metros de largura, sem passeio e acompanhando o terreno, e que serve de base à associação em banda de *casas pátio*<sup>viii</sup>, constitui-se (igualmente) como um elemento caracterizador da estrutura de espaços públicos do bairro e da sua vivência colectiva, potenciando a criação de um *tecido urbano* denso e articulado que garante a coesão e a legibilidade do espaço público do Bairro.

As ruas que estruturam os sectores orientam-se por regra para o espaço central do Parque Urbano, privilegiando-se desta forma a relação entre o espaço interior do Bairro e o *espaço envolvente*, assegurando-se assim, e de uma forma eficaz, uma identidade distinta, ainda que complementar, entre o que são os espaços públicos genéricos, que organizam a relação entre o público e o privado<sup>ix</sup> e o que são os espaços públicos de carácter mais aberto ou de transição. Como princípio geral, a relação entre as ruas e “fileiras” de habitações que geram os sectores e o “espaço público aberto” que os envolve é *directa*, enfatizando-se permanentemente, desta forma, a presença de elementos excepcionais, sejam elementos naturais, sejam elementos construídos. Por outro lado, a percepção do espaço público a partir da rua caracteriza-se quer pela constante variação dos enfiamentos visuais, quer pela simples variação das topografia, das tipologias e dos comprimentos das ruas (perdendo ou ganhando profundidade), quer ainda pela variação dos remates que se alteram constantemente, ao encontrar uma árvore, um equipamento ou uma situação específica da pré-existência.

Estando estas possibilidades de variação, na sua génese, ligadas à “simples relação” entre “medida e terreno”, elas expressam-se contudo, subtilmente, quer pelos ritmos gerados, quer pela forma como reforçam as directrizes do Plano e como integram as pré-existências, fazendo com que a rua, tal como na cidade tradicional, partindo dos mesmos elementos de base, configure uma diversidade balizada por uma identidade comum.



Fig. 2

## 2.5 O sistema de espaços públicos na caracterização da dimensão colectiva do Bairro: a conduta e os espaços públicos de excepção

Se os sectores construídos e o espaço verde central se constituem como a principal *matéria-prima* que constrói a(s) identidade(s) e a(s) medida(s) do(s) espaço(s) público(s) no Bairro da Malagueira, temos, por outro lado, de considerar, como parte do *código genético* do sistema de espaços públicos, a existência de outros espaços, que asseguram as necessárias articulações desse sistema.

A consideração de uma rede intermédia de espaços públicos permite responder ao principal designio do Plano, que diz respeito à adaptação e integração da proposta às circunstâncias da realidade encontrada (onde naturalmente se incluem os bairros clandestinos com os quais os novos sectores se relacionam), funcionando como um elemento fundamental na criação da identidade colectiva do Bairro.

A leitura e importância desta rede intermédia torna-se particularmente significativa, nos topos dos quarteirões voltados para o grande espaço central - as "margens interiores" - onde se parece jogar e tornar mais visível o carácter (mais) urbano e até cívico do Bairro. É aqui que, de forma mais evidente, se constrói a identidade colectiva do Bairro (que complementa a dimensão mais "privada" presente na rua de acesso às habitações) e onde se materializa a mistura de funções, que resulta da inserção de equipamentos e dos espaços comerciais. Para a concretização desta intenção foi determinante o recurso a um *sistema espacial*, composto por elementos reconhecíveis, que permitisse por um lado estabelecer a *escala pública do Bairro*, e, por outro, pudesse reforçar, com clareza, os princípios de desenho urbano que o Plano previamente havia definido.

Referimo-nos não apenas ao papel desempenhado pelos equipamentos na estruturação do Plano (como se sabe, muitos estão ainda por construir), mas sobretudo à adopção de um potente elemento articulador e estruturador - a conduta (também designada por *peaduto*).

Formalizada mediante um canal elevado de infra-estruturas (água, telefone, gás, TV) e assumindo em diversos pontos a dimensão de um pátio *percorrível* (garantindo a protecção do sol e da chuva), a conduta estende-se e desdobra-se pelo terreno, constituindo-se simultaneamente como "guia" para a edificação<sup>x</sup>.

Mas se a conduta é entendida (na sua origem) como uma *espécie de infra-estrutura territorial de serviço*<sup>xi</sup>, ela deve ler-se, fundamentalmente, como uma marca territorial que ajuda a *definir limites*, a estabelecer relações entre os sectores construídos, e que reforça a hierarquia, a forma e a composição geométrica do sistema de espaços públicos abertos. Extravasando a sua função técnica, a conduta funciona assim, antes de mais, como o esqueleto ou *sistema morfológico de referência* que determina a estrutura e a hierarquia do Plano, dando valor simbólico, perenidade, escala e identidade ao sistema de espaços abertos, e que torna possível a multiplicidade de relações e de escalas e de usos dentro da área do Plano.

Mas se a conduta (e os equipamentos), em certa medida, se revela principal elemento *de referência para* a articulação entre os espaços públicos estruturadores (de dimensão mais urbana) e o tecido edificado, permitindo estas duas ordens e escalas dialogar, é igualmente vital para o Plano a presença de outros espaços públicos intermédios, cuja importância se pode ler, fundamentalmente, na caracterização de situações de excepção.

Este conjunto de espaços (públicos) intermédios, composto por elementos claramente referenciáveis à cidade tradicional - a rua coberta, a porta, a praça, o largo, o pátio, a travessa, o jardim - organiza assim um sistema de espaços públicos contínuo e diversificado que, à imagem do que sucede no centro histórico de Évora, estabelece

uma segunda hierarquia, conferindo outros significados e outros usos ao espaço urbano. Ligando, integrando, rematando, fechando ou abrindo espaços, é a partir desta *ordem secundária* do espaço público que se criam as condições para as diferentes apropriações e leituras que o espaço público do Bairro potencia.

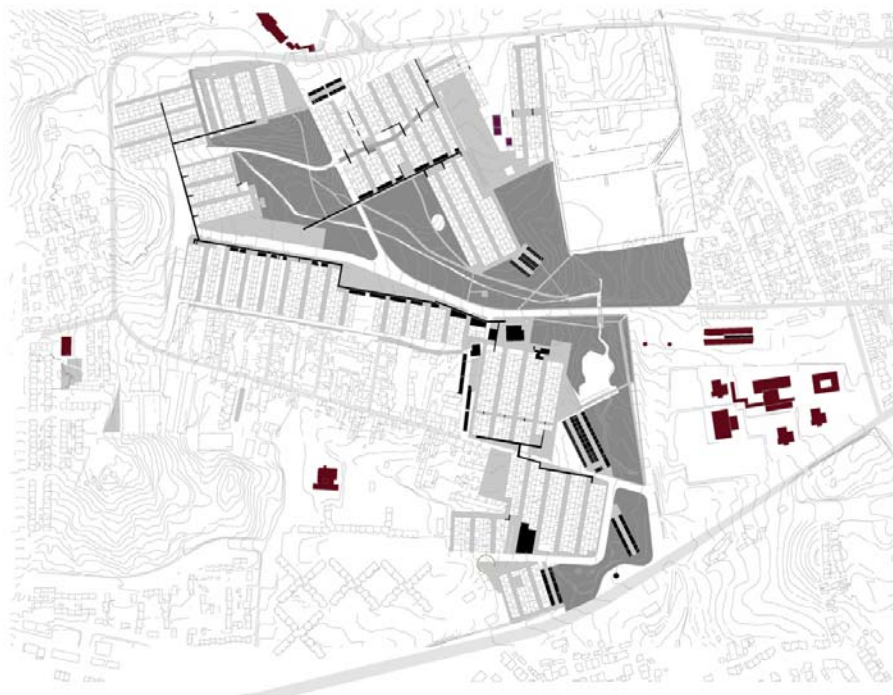


Fig. 3

Assume-se deste modo uma reinterpretação dos modelos históricos que constroem a cidade tradicional (em particular, do sul de Portugal), podendo assim observar-se na construção do espaço público da Bairro da Malagueira, um conjunto de situações e ambientes cuja origem, função e caracterização nos são familiares<sup>xiii</sup>.

Analisando o modo como este conjunto de espaços se dispõe na concepção geral do Plano, o que quanto a nós mais se destaca é a forma como estes (uniformemente distribuídos pelo Bairro) ocupam uma localização estratégica (seja ela resultante de elementos pré-existentes, seja pela composição ou desenho da estrutura urbana proposta). Como se destaca, igualmente, o modo como estes espaços se encontram articulados entre si, segundo um sistema de percursos principais e secundários que cruzam o Bairro nas duas principais direcções (ligando e atravessando os sectores quer através de espaços e edifícios notáveis, quer através de vestígios pré-existentes).

Mas é fundamentalmente nos limites dos sectores que constroem o tecido residencial, bem como nos limites da área do Plano (onde o Bairro se confronta com as realidades urbanas pré-existentes), ou ocasionalmente em criteriosas intervenções no seu *miolo*, que o papel deste sistema de espaços secundários se torna mais relevante, na medida em que estabelece as articulações entre as diferentes realidades que o Plano pretende potenciar.

Neste contexto torna-se fundamental reconhecer, particularmente, a importância da conduta, sobretudo pela forma potente e precisa como organiza os espaços abertos



entre os diferentes sectores (e na forma como estes se relacionam com o espaço central, mesmo nas partes onde o espaço público não se encontra tratado). Em segundo lugar, devemos também assinalar a leitura cuidada que é realizada da topografia e de algumas pré-existências, na definição e valorização de percursos adjacentes, visíveis sobretudo a partir do interior dos quarteirões.

### 3. Considerações finais

Julgamos que a explicitação dos designios e das formas que orientaram o projecto do Bairro da Malagueira permite comprovar o valor estruturador e o significado que ainda podem adquirir os espaços públicos num projecto de expansão de cidade.

No entanto, reconhecemos que, na sua essência, o Bairro da Malagueira foi concebido e construído como uma *grande arquitectura* - um excepcional e delicado "exercício" de relação entre *cheios e vazios, e entre abertos e fechados*, pensados simultaneamente à escala territorial, à escala urbana e à escala arquitectónica; isto é, constitui-se como um projecto urbano que, considerando a especificidade do contexto em que vai actuar e a co-existência entre a dimensão individual e a dimensão colectiva da cidade, tem subjacente um controlo, uma coerência e uma inter-dependência absoluta entre os diferentes componentes que materializam esta proposta de expansão de cidade.

Neste sentido poder-se-á invocar que, porventura, esta coerência resiste (ou resistiu) com dificuldade à não execução (ou à adulteração) de algumas das suas partes, e que uma proposta urbana tão pré-determinada e interdependente, à partida, dificilmente pode servir como "modelo" para expansões futuras da cidade. Num contexto social, cultural e económico em que o desejo de novidade, de autonomia, de flexibilidade e a visão da cidade como um negócio se sobrepõe a outros atributos, pode aceitar-se esta objecção. Porém, julgamos que é justamente na coerência global e na dimensão arquitectónica - de *grande arquitectura* - que a obra incorpora, que reside a consistência do Bairro.

Mesmo reconhecendo que dificilmente se criarão condições para, num futuro próximo, se realizar uma expansão de cidade de 1200 fogos, e que a realidade social, cultural e política que se viveu à época tornam difícil a repetição de uma experiência semelhante (a que não será também indiferente a especificidade do contexto da cidade de Évora), o projecto do Bairro da Malagueira aponta-nos modelos e soluções construídas que consideramos adequadas para enfrentar o problema do projecto do espaço público nas áreas de expansão da cidade consolidada. Isto é, sobre o modo de construir cidade de raiz, integrando simultaneamente a diversidade de escalas e morfologias das pré-existências num contexto heterogéneo e fragmentado.

Evocando-nos a presença de ambientes, formas e tipologias de espaços que associamos à cidade tradicional, a proposta construída contém ensinamentos e apresenta respostas inovadoras e consistentes aos problemas que se colocavam, demonstrando em que medida o projecto do espaço público pode ser um instrumento fundamental na gestão da complexidade e da diversidade que caracteriza a cidade contemporânea.

Um dos principais ensinamentos prende-se inequivocamente com o entendimento de base que se expressa na intenção de realizar uma expansão urbana intimamente articulada com a cidade existente (designadamente com o seu núcleo histórico e com os bairros clandestinos que cresceram em redor da cidade), em que a concepção e a materialização do espaço público, tendo subjacente uma hierarquia, e pensado em clara complementaridade com o conjunto edificado e com o território, se constitui como a base fundamental da estrutura urbana proposta.

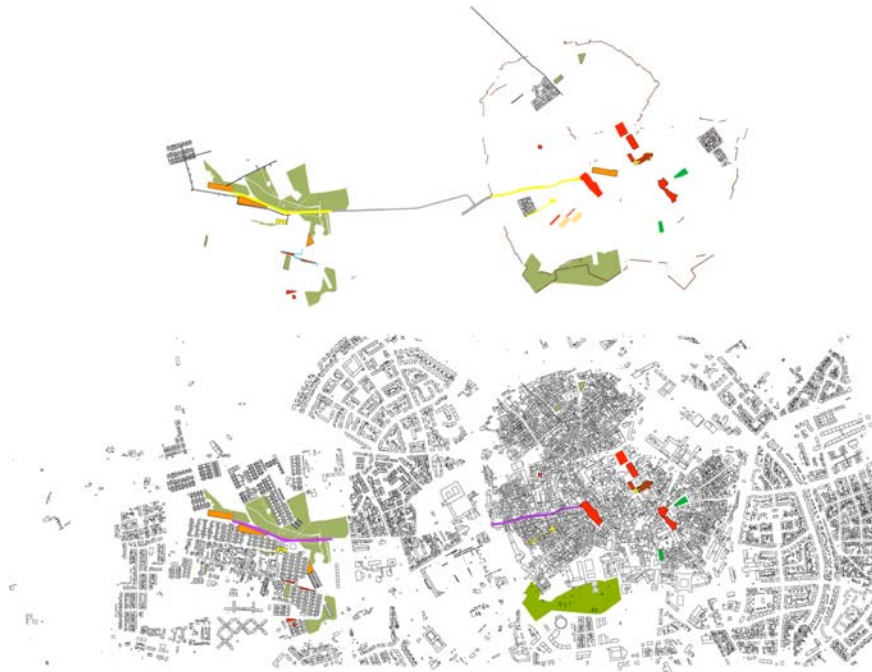


Fig. 4

Neste sentido, o exemplo da Malagueira afirma a actualidade e a indispensabilidade de reconsiderar e reinterpretar conceitos, valores e regras *ancestrais* de configuração do espaço público, que neste caso se voltam a revelar as nossas referências mais seguras quando confrontados com o problema de *fazer cidade fora da cidade consolidada*: o conceito de quarteirão, de fachada, de lote, de rua, de praça, de jardim, bem como a consideração da topografia e da geografia do local.

Consequentemente, este entendimento é não apenas reconhecível na configuração do *desenho do chão*, ou seja, ao nível da caracterização em termos de arborização, configuração geométrica, hierarquia e dimensionamento dos espaços públicos propostos (praças, ruas, largos, jardins, parque, etc.), mas é também, ou sobretudo, visível pela forma como o conjunto edificado se articula e se torna parte integrante do espaço público.

Nesta medida adquirem sentido, e são igualmente decisivas para a qualidade do espaço público, as questões programáticas, morfológicas e tipológicas referentes ao edificado (a opção pela casa-pátio enquanto elemento gerador de um tecido urbano constituído por volumes baixos e contínuos), contribuindo para a materialização de uma ordem legível, mas simultaneamente densa e complexa (que resulta de uma leitura antropológica e da geografia do lugar), fundamentais para o equilíbrio formal e para a identidade do conjunto urbano projectado.

Por outro lado, a consideração de uma hierarquia para o conjunto projectado, especialmente visível ao nível da configuração do sistema de espaços públicos (designadamente na estruturação do sistema viário e da configuração dos espaços públicos mais importantes), torna efectiva a vocação estruturadora que permite a articulação das diferentes partes e a integração das pré-existências, imprimindo simultaneamente um sentido de ordem a este novo sector da cidade.

Em síntese, a relevância deste exemplo traduz-se na *demonstração* de que, partindo de um plano (com uma visão política por detrás) e através da materialização do projecto que não separa a *arquitectura* do *desenho urbano*, a cidade se pode continuar a *construir*, suportando a multiplicidade e a individualidades das partes sem ter de assumir rupturas com os tecidos pré-existentes e com as características dos lugares, garantindo simultaneamente a dimensão colectiva e a unidade do conjunto.

---

## Notas

<sup>i</sup> Como sabemos a experimentação em torno da vertente *tipológica* conduziu não apenas à excessiva valorização do edifício como facto urbano isolado, mas também à perda de importância da fachada dos edifícios como *complemento do espaço público*. Neste sentido estamos de acordo com Francisco Barata quando reconhece como prioritário que o (...) *trabalho sobre os espaços urbanos públicos se estenda até níveis de controlo global do desenho das fachadas existentes ou daquelas que caracterizarão as novas construções propostas, como fazendo parte de um sistema hierarquizado e identificável*". Francisco Barata Fernandes, *Transformação e permanência na habitação portuguesa: as formas da casa na forma da cidade*. Porto: FAUP publicações, 1999, p. 309.

<sup>ii</sup> A cidade de Évora possuía em 1977 cerca de 35 000 habitantes.

<sup>iii</sup> Este plano, tendo sido aprovado em Novembro de 1975, foi posteriormente vetado por Nuno Portas, que, ao assumir a pasta de Secretário de Estado da Habitação, estabeleceu uma ruptura fundamental na definição das políticas urbanas.

<sup>iv</sup> Não podemos deixar de referir, neste contexto, a importância das operações SAAL (entre 1974 e 1976) que, tal como o plano do Bairro da Malagueira, se desenvolvem no sentido de dar resposta a uma carência efectiva e generalizada de habitação que se manifesta logo a seguir ao 25 de Abril de 1974, e que havia sido ignorada ao longo do período de ditadura que o país viveu. Como outras circunstâncias específicas do processo de elaboração do Plano, devem ainda salientar-se como factores determinantes no processo de elaboração do plano, a existência de um forte movimento de participação dos habitantes (organizados em associações e cooperativas), bem como a previsão da auto-construção, que o transformaram num dos projectos mais polémicos em Portugal nestes anos, suscitando conflitos políticos cujos relatos são conhecidos e que aliás, desde cedo, condicionaram o financiamento e andamento da obra.

<sup>v</sup> Como se pode comprovar, analisando o conjunto de blocos construídos pelo FFH a sudoeste, onde, por regra, o espaço público, reduzido à sua função viária e a um "índice de espaço verde" (considerado de forma abstracta), se transforma num espaço residual, carente de forma e de significado. A adopção deste modelo, ao basear-se numa clara segregação das funções urbanas e dos tipos habitacionais, determinaria seguramente, caso o plano realizado pela DGSU em 1975 se concretizasse, o desenvolvimento de um sector de cidade, subordinado aos atributos próprios das "extensões suburbanas desqualificadas" da segunda metade do século XX.

<sup>vi</sup> "A área da ribeira designada por parque, é entendida como uma grande área de características naturais, e que, por contraste com as zonas densas de habitação, é um espaço aberto. O seu carácter é dado essencialmente pela vegetação, que tenderá a diferenciar sítios, a regularizar e a fixar as margens das linhas de água, o talude do pontão, surgindo como únicos temas construídos, o jardim e o dique. O parque é entendido aqui, não como a "construção" do sítio, mas sim como a "exaltação" do sítio cujas únicas regras a que obedece são as da sua própria natureza (...)". Álvaro Siza

---

Vieira, João Gomes da Silva: *Memória Descritiva do Projecto de Espaços Exteriores* que acompanha o *Plano de Pormenor da Malagueira* (1987), p. 11.

vii Neste caso, integração significa sobretudo a inserção controlada ao nível da forma e da escala (quer ao nível da altimetria quer da planimetria) de elementos construídos (*com ou sem volume*) num espaço vazio de carácter essencialmente paisagístico, com vista à demarcação, em conjunto com os sectores construídos, de espaços dotados de uma identidade específica. Mas integração também deve, ou pode, ser aqui entendida como a capacidade que o desenho do Parque revela, de organizar um conjunto de espaços e percursos (alguns deles, como referimos, aproveitando caminhos e traçados existentes) que asseguram as ligações entre os diferentes sectores.

viii Da premissa de integração e criação de um tecido urbano articulado com as pré-existências, decorre igualmente a opção pelas tipologias a adoptar (casas-pátio em banda com o máximo de 2 pisos, reduzida a duas hipóteses de tipologia), que parte da definição de uma unidade básica de 8x12 m, correspondente ao lote de cada parcela, a adoptar na construção dos 1200 fogos. Os lotes de uma só frente previam a construção de habitações à face da rua com pátio nas traseiras. Em alternativa teria de ser adoptado um esquema de habitação em "L" com o pátio voltado para a rua, estando em qualquer dos casos o número de pisos reduzido a dois, variando consoante o programa (T2 a T5).

ix Importará referir que é nesta materialização elementar, mas precisa, dos limites entre o espaço público e o espaço privado, entre o individual e o colectivo (cuja origem e expressão podemos seguramente encontrar na arquitectura popular alentejana), que se concretiza a forte intenção manifestada pelo projecto de se constituir, em primeiro lugar, como um suporte efectivo e significativo de uma vida comunitária e colectiva. Como é também a partir desta definição quase "elementar" da rua, que se estabelece a unidade, a escala, a medida - ou seja, a ordem comum - que rege a composição do espaço urbano do Bairro.

x É sobre a natureza elementar ou mesmo rude desta *espinha dorsal*, ou seja do aqueduto, onde se vão adossar, seguindo ritmos diferenciados, as células de habitação, os equipamentos, os comércio (e alguns espaços públicos). A este propósito Álvaro Siza afirma: "(...) o que desejava levar a cabo em Évora era a construção de uma estrutura muito perdurável. No final o mais potente deviam ser as quatro paredes que delimitam a parcela, além dos elementos da infra-estrutura que as ligam (...)". Álvaro Siza entrevistado por Peter Testa, *The Harvard Architecture Review*, nº 7 (1989) in Enrico Molteni, *Alvaro Siza: Barrio de la Malagueira, Évora*. Barcelona: Edicions UPC, 1997, p. 112.

xi Enrico Molteni, *Alvaro Siza: Bairro de la Malagueira, Évora*. Barcelona: Edicions UPC, 1997, p. 23.

xii Assim sendo, também aqui associamos e identificamos a praça como um espaço de geometria regular, cuja definição decorre essencialmente da morfologia que o edificado lhe confere e da pavimentação uniforme (e distinta relativamente aos espaços de circulação automóvel); como identificamos igualmente o largo como um espaço de carácter mais "acidental, que surge do cruzamento com pré-existências, ou de geometrias exteriores ao próprio espaço; ou ainda o pátio público, entendido como um recinto claramente delimitado, vocacionado para a estadia, "enquadramento" ou recreio; finalmente identificamos o jardim (ou verde urbano, segundo designação utilizada na memória descritiva) entendido como espaço urbano cujo carácter advém sobretudo da presença de vegetação. Tal como é referido na Memória Descritiva do Projecto de Espaços Exteriores, a caracterização

---

distinta dos vários tipos de espaços que compõe o designado “nível secundário” de espaços abertos, tendo obviamente em conta o rigor do clima estival, tem como objectivo comum o controlo da luz e da sombra, o que em algumas situações implica também a introdução da água. Devemos, por outro lado, salientar que na consideração deste nível secundário de espaços abertos, e em oposição ao carácter mais contínuo dos “*elementos primários*” (os espaços verdes, de escala superior e de carácter contínuo), estamos do ponto de vista morfológico perante uma concepção assumidamente mais fragmentada e descontínua do espaço público. Esta complexidade e aparente contradição são entendidos no Plano, segundo os autores, como um sinal de riqueza e diversidade que historicamente caracteriza a paisagem urbana. Álvaro Siza Vieira, João Gomes da Silva, Memória Descritiva do Projecto de Espaços Exteriores que acompanha o Plano de Pormenor da Malagueira (1987), p. 11.

### Legendas

Fig. 1 – Bairro da Malagueira . Dois modelos de espaço público . Plano elaborado pela DGSU (1975) e proposta construída

Fig. 2 - Bairro da Malagueira . Elementos estruturadores do espaço público (vias propostas e espaço verde central)

Fig. 3 - Bairro da Malagueira . Sistema de espaços públicos e equipamentos previstos

Fig.4 – Leitura de conjunto dos sistemas de espaços públicos da “cidade muralhada” e do Bairro da Malagueira.

### Bibliografia

ACEBILLO, Josep Antonio. “Struttura e significato dello spazio urbano” in *Spazi Pubblici Contemporanei. Innovazione e identità a Barcelona e in Catalogna. Quaderni di AU*, 1989, p. 28-36.

Álvaro Siza entrevistado por Laurent Beaudoin”. *L´Architecture d´Aujourd´hui*. Nº 278, (1991), p. 58-65.

BIONDI, Laura. “Progetto per gli spazi pubblici di Malagueira”, *Il disegno degli spazi aperti. Casabella*. Nº 597-598, (Gennaio-Febbraio 1993), p.105-107.

BOHIGAS, Oriol. *Contra la incontinencia urbana: reconsideración moral de la arquitectura y la ciudad*. Barcelona, Electa (Diputació de Barcelona; Xarxa de Municipis), 2004.

BOHIGAS, Oriol. “La Ciudad como Espacio Proyectado” in *La Arquitectura del Espacio Público: Formas del Pasado, Formas del Presente*. Sevilla, Junta de Andalucía – Consejería de Obras Públicas y Transportes e Triennale di Milano, 1999, p. 21-24.

BOHIGAS, Oriol. “La plaza y la calle. El espacio público reivindicado” in *La reconstrucción de Barcelona*. Madrid: MOPU, 1986, p. 83-101.

BORJA, Jordi; MUXI, Zaida. *El espacio público: ciudad y ciudadanía*. Barcelona, Electa, 2003.

BUSQUETS, Joan; CORREA, Filipe. *Cities X Lines : A new lens for the urbanistic*

---

*project*. Cambridge, Harvard University (Graduate School of Design). Nicolodi, 2006.

*Cidade e democracia: 30 anos de transformação urbana em Portugal* (Álvaro Domingues coord.) Lisboa, Argumentum, 2006.

DELFANTE, Charles. *A Grande História da Cidade: da Mesopotâmia aos Estados Unidos*. Lisboa, Instituto Piaget, 2000 (col. O homem e a cidade; n.º 3).

FERNANDES, Francisco Barata. *Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade* (2ª ed.). Porto, FAUP publicações, 1999.

FLECK, Brigitte. "Évora" in *Álvaro Siza*. Lisboa, Relógio d'Água, 1992, p. 66-78.

GEHL, Jan. *La humanización del espacio urbano. La vida social entre los edificios*. Barcelona, Reverté, 2006 (1ª edição 1971).

HUET, Bernard. "La Città come spazio abitabile. Alternative alla Carta di Atene", in *Lotus*. N.º 41 (1984), p. 6-17.

MARTÍ ARIS, Carlos. "La Construcción de los Lugares Públicos, Notas para una Etimología de la Forma Urbana", in *Arquitectos*. N.º 152, Información del Consejo Superior de los Colegios de Arquitectos de España n.º 99/4, V Bienal de Arquitectura Española, p. 52-57.

MOLTENI, Enrico. *Álvaro Siza: Barrio de la Malagueira, Évora*. Barcelona, Edicions UPC, 1997.

SALGADO, Manuel. "Crise do crescimento urbano e desenho da cidade" (Texto policopiado da conferência *Arquitetura e Vida - "A Crise do crescimento urbano e do desenho da cidade"* proferida em 27-09-2002).

ROSSI, Aldo. *La arquitectura de la ciudad*. Barcelona, Gustavo Gili, 1982. (1ª edição 1966).

SECCHI, Bernardo. "Progetto di suolo". *Casabella*. N.º 520 (Gennaio Febbraio 1986), p.19-23.

SIZA, Álvaro; SILVA, João Gomes da. *Memória Descritiva do Projecto de Espaços Exteriores do Plano de Pormenor da Malagueira* (1987).

SIZA, Álvaro. "Plano de Pormenor para a zona da Malagueira, Évora", *Arquitetura*. N.º 132, (1979), p. 34-49.

SIZA, Álvaro. "Il quartiere Malagueira a Évora". *Casabella*. N.º 478 (Marzo 1982), p. 2-15.

SIZA, Álvaro. "Viver intensamente. À volta da Malagueira" in *Álvaro Siza : uma questão de medida* (entrevistas de Dominique Machabert, Laurent Beaudouin). Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2009, p. 65-83.

SOLÀ-MORALES, Ignasi. "Territorio construido. La ciudad desde la arquitectura". *Arquitetura Viva*. N.º 35, (1994), p. 31-37.

SOLÀ-MORALES, Manuel. "La segunda historia del proyecto urbano" *UR*. N.º 5 (1987), p. 21-27.

TESTA, Peter. "The Malagueira District at Évora" in *A arquitectura de Álvaro Siza*. Porto, FAUP publicações, 1988, p. 79-126.

VENEZIA, Francesco, "Costruito in loco", *Lotus*. N.º 37 (1983), p. 79, 80.

---

## **Biografia**

João Rodrigo Parreira Coelho (Zamora-Espanha, 1 de Janeiro de 1971) licenciou-se em arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (1995). É mestre em Arquitectura e estudos urbanos pela Universidade Politécnic da Catalunha e Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona (*Master "Metropolis 1999-2001 com a dissertação - "Espaço Público em Tempo Privado: das Estratégias de Produção às Configurações Possíveis de Espaço Público na Metrópole Contemporânea"*). Em 2012 apresentou a sua tese de Doutoramento em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto intitulada "Formas e Designios do Espaço Público na Cidade Contemporânea. O projecto do espaço Público na construção da Cidade: Casos Portugueses". Desde 1996/97 lecciona na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, sendo actualmente professor auxiliar da disciplina de Projecto 2. Tem como principal área de interesse e de investigação o tema do espaço público, sobre o qual publicou artigos e participou em colóquios. Obteve em 2012 o 1º Prémio (ex-aequo) da VIII Bienal Ibero-americana de Arquitectura e Urbanismo (2012) na categoria de Teses Académicas. Desde 1994 exerce actividade profissional independente, tendo igualmente colaborado no escritório do Arquitecto Carlos Prata.